UASG:160022

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 5/2024

PROTOCOLO GERAL: NUP 64411.000880/2024-41	**ANO: 2024**

VOLUME I

INTERESSADO: 21ª Companhia de Engenharia de Construção (21ª Cia E Cnst)

SEÇÃO RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: 3º SEÇÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INSTRUÇÃO E DESPORTOS.

RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO DO PROCESSO: 3º SGT NERY
ADESÕES (CARONA): NÃO
VALOR TOTAL: R$ 2.852,00 (Dois mil, oitocentos e cinquenta e dois reais)

ANEXOS: CONFORME ÍNDICE.

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO	DATA			DESTINO	DATA		
01. **SALC**				11.			
02.				12.			
03.				13.			
04.				14.			
05.				15.			
06.				16.			
07.				17.			
08.				18.			
09.				19.			
10.				20.			

Fl nº 01
RUBRICA

TERMO DE ABERTURA

NUP: 64411.000880/2024-41

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2024 - 21ª Cia E Cnst – UASG: 160022

Com amparo no **Inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133/21 e Instrução Normativa SEGES-ME nº 58/2022,** dou o início do procedimento de Dispensa de Licitação Nº **05/2024** para a **AQUISIÇÃO DO PRESENTE MATERIAL DE INSTRUÇÃO E DESPORTOS.**

São Gabriel da Cachoeira - AM, 02 de outubro de 2024.

[redacted]
RAILANE NERY MAGALHAE – 3º SGT
Agente de Contratação

DIEx N° 200-S3/ 21ª Cia E Cnst;
EB: 64411.000880/2024-41;
Do: Chefe da 3ª Seção da 21ª Cia E Cnst;
Ao Sr: Cmt da 21ª Cia E Cnst
Assunto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INSTRUÇÃO E DESPORTOS.

Anexo: -Documento de formalização da demanda (DFD); Estudo Técnico Preliminar (ETP); Mapa de Risco; Metodologia da Pesquisa de Preço; Mapa Comparativo de Preços; Pesquisa de Preço; Termo de Referência

Nos termos do art. 13 da IG 12-02, solicito-vos abertura do Processo para Dispensa de Licitação para aquisição de material de instrução e desportos para atender a 21ª Companhia de Engenharia de Construção, conforme as especificações constantes na documentação em anexo.

São Gabriel da Cachoeira - AM, 02 de outubro de 2024.

[redacted]

DANIELSON CAMPOS DOS SANTOS FILHO – 2° Tenente
Chefe da 3ª Seção da 21ª Cia E Cnst

DESPACHO DO FISCAL ADMINISTRATIVO:

1. Aprovo a presente requisição e concordo com a viabilidade e necessidade da aquisição.
2. Encaminhe-se para o Ordenador de Despesas para aprovação e ordenação do início dos trâmites licitatórios.

[redacted]

BRUNO BRAGA DA SILVA SOUSA – Major
Fiscal Administrativo da 21ª Cia E Cnst

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS:

1. Determino, portanto, que a Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC), adote todas as providências cabíveis, de acordo com as normas em vigor, para que a licitação requerida pelo setor requisitante ocorra dentro da legislação em vigor.

São Gabriel da Cachoeira - AM, 02 de outubro de 2024.

[redacted]

JOSINALDO LOPES DE MENESES – Coronel
Ordenador de Despesas 21ª Cia E Cnst

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)

NUP: 64411.000880/2024-41

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO **21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO**	
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): 3ª Seção	
Responsável pela Demanda: Almoxarifado da 21ª Cia E Cnst;	**Matrícula/SIAPE:** Não é o caso
E-mail: 3secao.21ciaecnst@gmail.com.br	**Telefone:** (92) 98415-9095

1. Justificativa da necessidade da aquisição, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso:

Aquisição de material de instrução e desportos, para exercícios do efetivo da 21ª Cia E Cnst, conforme calendário de atividades da OM.

2. Quantidade de material a ser adquirido:

A demanda inicial é baseada no histórico de aquisições e necessidades da 21ª CIA E CNST. Tal demanda está evidenciada no Termo de Referência anexo ao processo.

3. Previsão de data em que deve ser iniciado a aquisição do material:

A previsão de data para início da aquisição é de outubro/2024.

4. Indicação do membro da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização:

DANIELSON CAMPOS DOS SANTOS FILHO – 2° Ten - Chefe da Equipe
LEANDRO MOURA REIS – 1º Sgt – Aux. da Equipe

DESIGNAÇÃO DA EQUIPE: BI Nr 184, de 01 outubro de 2024.

São Gabriel da Cachoeira - AM, 02 de outubro de 2024.

[redacted]

DANIELSON CAMPOS DOS SANTOS FILHO – 2° Ten - Chefe da Equipe

[redacted]

LEANDRO MOURA REIS – 1º Sgt – Aux. da Equipe

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

Fl nº 05
RUBRICA

MAPA DE RISCOS

NUP: 64411.000880/2024-41

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INSTRUÇÃO E DESPORTOS

FASE DE ANÁLISE
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
( ) Gestão de Contrato

RISCO 01:			
Probabilidade	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta

Dano	
Não aquisição do objeto ...	
Ação Preventiva	**Responsável**
- Verificar se a futura aquisição deve ser uma: COMPRA (X) SERVIÇO ( ) - Verificar se a futura aquisição deve ser realizada por : MENOR PREÇO ( ) MAIOR DESCONTO (X) MENOR PREÇO e MAIOR DESCONTO ( ) -Realização de ampla pesquisa de preço com base na **IN/SEGES Nº 65/2020** coma finalidade de definir o preço de referência de cada item coerente com os preços praticados no mercado	Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de Contingência	**Responsável**
Negociação com a empresa vencedora para adequação do valor da proposta dentro do limite do preço de referência	Chefe da SALC ou Pregoeiro

Probabilidade	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta

Dano	
Não cumprimento de alguma atividade que motivou a não aquisição do objeto	
Ação Preventiva	**Responsável**
Definir as quantidades mínimas de cada item que as empresas vencedoras terão que atender em cada contratação	Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de Contingência	**Responsável**
Aplicação de sanções previstas conforme legislação vigente	Ordenador de Despesas

RESPONSÁVEL (MAPA DE RISCOS)
DESIGNAÇÃO DA EQUIPE: BI Nr 184, de 01 outubro de 2024.

[redacted]

DANIELSON CAMPOS DOS SANTOS FILHO – 2° Ten - Chefe da Equipe

[redacted]

LEANDRO MOURA REIS – 1º Sgt – Aux. da Equipe

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 06
RUBRICA
21ª Companhia de Engenharia de Construção

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP
NUP: 64411.000880/2024-41

AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INSTRUÇÃO E DESPORTOS.

Fl nº 07
RUBRICA

1. DA FINALIDADE:

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade:

a) Analisar a **aquisição de material de instrução e desportos** visando atender à demanda da 21ª Cia E Cnst referente ao segundo semestre de 2024;

b) Complementar a análise dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência do processo **NUP: 64411.000880/2024-41**– UASG: 160022.

1.2. Área requisitante: 3ª Seção da 21ª Cia E Cnst

1.2.1. Responsáveis (BI Nr 184, de 01 de outubro de 2024):

a DANIELSON CAMPOS DOS SANTOS FILHO – 2° Ten - Chefe da Equipe;

b. LEANDRO MOURA REIS – 1º Sgt – Aux. da Equipe;

1.2. **Amparo Legal:**

1.2.1. Inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133/21;

1.2.2. Instrução Normativa SEGES-ME nº 58/2022;

2. DAS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS:

2.1. Com base no Documento de Formalização da Demanda (DFD), as seguintes informações foram produzidas e registradas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP):

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público, a 21ª CIA E CNST, por força de suas atribuições, vem sendo constantemente empregada na execução direta de obras conveniadas e/ou de cooperação, obras essas executadas nas mais longínquas localidades do Território Amazônico.

A aquisição do presente material de instrução e desportos, objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), atenderá as demandas das obras nas quais a 21ª CIA E CNST, no que tange à pratica de esportes, e orientações desportivas, com o intuito de manter o bom condicionamento físico da tropa, nas atividades militares do aquartelamento.

II – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A aquisição de aquisição de material de instrução e desportos, de forma geral, têm os requisitos e adquiridos de forma a atender os padrões mínimos regidos por normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e INMETRO. Desta forma, para a presente contratação, deve-se estar de acordo com as normas da ABNT NBR Nº 10520:2002 e Portarias Nº 481/2010, Nº 262/2012, e Nº 69/2017 todas do INMETRO, em caso de ausência destas, seguir as recomendações técnicas de literaturas consagradas.

Ministério da Defesa · Exército Brasileiro
Fl nº 08
RUBRICA
2ª Companhia de Engenharia de Construção

III - LEVANTAMENTO DE MERCADO:

2.1.8. Consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. No caso da presente contratação, foi utilizada a seguinte:

(X) Contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração;

( ) Consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições (se for o caso);

( ) Outras (Especificar quais)

IV - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

2.1.12. Foram elencadas as seguintes soluções relacionadas abaixo:

a) Quanto ao acompanhamento técnico durante a realização da Licitação:
Será acompanhado pelo seguinte militar para fazer parte da Equipe de Apoio Técnico da Licitação: **1º Sgt Reis**

b) Quanto ao local de entrega do objeto: **Área Militar – Capitão Noboa Oba s/n, 21ª Companhia de engenharia de Construção, Quartel em São Gabriel da Cachoeira – AM, CEP: 69750-000;**

c) Quanto ao prazo de entrega do objeto: **30 dias após o recebimento da Nota de Empenho;**

d) Quanto ao recebimento do objeto: **Será recebido no setor de almoxarifado da 21ª Cia E Cnst, acompanhado da Nota Fiscal e Nota de Empenho;**

e) Quanto às particularidades da cidade sede para entrega do objeto (Localização, Fuso horário etc.: **Localização informada no local de entrega. Logística até a Cidade-sede, somente por meio fluvial ou aéreo; horário local para recebimento de 09:30 às 16:00;**

f) Quanto ao tipo de empenho que será usado para a realizar a aquisição:
( ) **EMPENHO ORDINÁRIO** (X) **EMPENHO GLOBAL** ( ) **EMPENHO ESTIMATIVO**

g) Quanto a formalização do contrato através do Termo de Contrato:
(X) **NÃO HAVERÁ CONTRATO** ( ) **HAVERÁ CONTRATO**

h) Quanto a garantia da contratação:
(X) Não haverá exigência da garantia da contratação pelas seguintes razões:
- A aquisição é de baixo/médio vulto;
- Não haverá risco para a administração em não exigir a garantia;
- Etc.

( ) Haverá exigência da garantia da contratação nas seguintes modalidades:
- Caução;
- Fiança bancária;
- Seguro-garantia;

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 09
RUBRICA
2ª Companhia de Engenharia de Construção

V - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

2.1.5. A estimativa da quantidade a ser contratada deve partir do princípio de que houve consumo do mesmo objeto em anos anteriores ou de um novo planejamento sobre fato novo, como exemplo uma obra nova. Dessa forma, a presente contratação tem as seguintes características:

(X) O objeto da presente aquisição **já foi**, nos últimos dois anos anteriores a esta contratação, em todo ou em parte, adquirido por esta administração conforme extrato do **Sistema de Controle Físico (SISCOFIS)**, conforme ANEXO I;

(_) O objeto da presente aquisição **não foi**, nos últimos dois anos anteriores a esta contratação, em todo ou em parte, adquirido por esta administração;

(X) As **memórias de cálculo** e os **documentos que lhe dão suporte** para a estimativa das quantidades a serem contratadas, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala, **foram anexadas a este ETP** conforme ANEXO II;

2.1.6. A equipe que abaixo subscreve este Estudo Técnico Preliminar (ETP) fez **levantamento preliminar através do SISCOFIS**, com base no consumo dos últimos dois anos e também com base na necessidade atual da 3ª Seção, a fim de se alcançar uma **estimativa das quantidades a serem contratadas**.

2.1.7. Segue abaixo a relação dos itens que serão objeto de consumo por esta Administração, contendo o código de cadastro de **material/serviço (CATMAT/CATSER)** junto ao SIASG, as descrições detalhadas, as respectivas requisições e a periodicidade entre as requisições:

TABELA I:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO *(DETALHADA)*	CATMAT/ CATSER *(VÁLIDO)*	UNIDADE DE MEDIDA	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Bola de Vôlei de Areia, com 65 cm a 67 cm de circunferência, pesando entre 260 e 280 gramas, contendo em seu interior câmara em butil, costurada, confeccionada em PU e microfibra, dupla laminação, com miolo de silicone removível e lubrificado, aferida, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição;	450273	Unidade	2	2	2	R$ 200,00	R$ 400,00
2	Rede para Voleibol, confeccionada em polietileno (nylon), de filamento contínuo de 2,0 mm, medida oficial, com 02 faixas em lona de algodão nº 800 (superior e inferior), com malha de 10 X 10 cm, comprimento mínimo de 9,50 m, com largura/altura de 1,0 m, acompanhada por corda de nylon ou seda branca, medindo 12 m;	451545	Unidade	1	1	1	R$ 200,00	R$ 200,00
3	Fita marcação quadra, material náilon, comprimento 16 m, largura 8 cm, aplicação vôlei de praia;	350632	Unidade	1	1	1	R$ 270,00	R$ 270,00

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 40
RUBRICA
1ª Companhia de Engenharia de Construção

4	Bola de Futebol de Campo Oficial, com 68 cm a 70 cm de circunferência, pesando entre 410 e 450 gramas, contendo em seu interior câmara em butil, costurada, confeccionada em PVC, miolo removível e lubrificado, aferida, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição;	451678	Unidade	2	2	2	R$ 200,00	R$ 400,00
5	Rede oficial de futebol de campo oficial modelo europeu confeccionada no fio 4 mm em polipropileno (seda) e na malha 14x14 em cordas trançadas entre nós, medidas de 7,50 de largura por 2 50 de Altura, lateral superior e inferior de 2,00 metros, com tratamento ultra violeta (uv).	410869	Unidade	2	2	2	R$ 390,00	R$ 780,00
6	Apito para uso de árbitro, confeccionado em metal, tamanho oficial, com esfera de plástico impermeável em sua parte interior, contendo em sua parte anterior um orifício onde será inserida uma argola de metal para fixação do cordão;	224659	Unidade	5	5	5	R$ 20,00	R$ 100,00
7	Kit colete para treino esportivo, material dry-fit 100%, tamanhos únicos; com 12 unidades; diversos, cores a ser definida pelo órgão solicitante. Características. Adicionais: Face Dupla;	464823	Unidade	2	2	2	R$ 335,00	R$ 670,00
VALOR TOTAL								**R$ 2.820,00**

*A **Requisição Máxima** a ser solicitada ao licitante no momento da entrega do material deve múltiplo da **Requisição Mínima** e ambas devem ser múltiplas da **Quantidade Total;**

2.1.7.1. Quanto à descrição detalhada do objeto e da modalidade licitatória:

(X) Foi realizada com maior detalhamento possível evitando o direcionamento do objeto à alguma marca específica;
( ) Foi realizada por setor técnico que tem a expertise para o detalhamento do objeto;
( ) Foi realizada com detalhamento específico à determinada **marca ou modelo** e formalmente justificado nas seguintes hipóteses:

( ) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
JUSTIFICATIVA: _____
( ) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;
JUSTIFICATIVA: _____
( ) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;
JUSTIFICATIVA: _____
( ) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como

Fl nº 11
RUBRICA

referência;
JUSTIFICATIVA: _____

2.1.7.1.1. O objeto da presente contratação pode ser objetivamente definido como **bens/serviços comuns** com amparo nos incisos **XIII** e **XLI do art. 6º** da **Lei nº 14.133/21.**

2.1.7.1.2. Quanto à modalidade de licitação mais adequada para o objeto da presente contratação, com amparo no inciso XLI do art. 6º da Lei nº 14.133/21, será usado o **Pregão** em sua forma **Eletrônica** (SRP/SISPP) pelo MENOR PREÇO/MAIOR DESCONTO.

2.1.7.2. **Quanto à exigência de amostra para o objeto:**

(X) Não será necessária;
( ) Será necessária;
JUSTIFICATIVA:_____
_____

2.1.7.3. **Quanto ao código CATSERV:**

(X) Encontram-se todos válidos e ativos;
( ) Os seguintes códigos abaixo encontram-se inválidos e inativos:

ITEM	CATMAT	CATSERV

(X) Não foram usados códigos CATMAT/CATSER sustentáveis.
( ) Foram usados os seguintes códigos CATMAT/CATSER sustentáveis:

ITEM	CATMAT	CATSERV

VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

2.1.9. A estimativa do valor total da contratação foi realizada com amparo nos seguintes parâmetros:
(X) Preços unitários referenciais;
(X) Memórias de Cálculo;
(X) Documentos que dão suporte à Memória de Cálculo;

2.1.10. Com base nos parâmetros relacionados acima, o valor total estimado para a contratação é de **R$2.820,00 (Dois mil oitocentos e vinte reais).**

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 12
RUBRICA
21ª Companhia de Engenharia de Construção

2.1.11. Em linhas gerais, a estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o que dispõe a **IN SEGES _ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021**, obedecendo aos seguintes parâmetros do Art.5º:

> *Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:*
>
> *I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;*
>
> *II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*
>
> *III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;*
>
> *IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou*
>
> *V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.*

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 13
RUBRICA
21ª Companhia de Engenharia de Construção

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

VII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO;

O item é demanda única, de pequeno vulto e que não extrapola o valor máximo permitido para o caso particular da dispensa.

VIII- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 14
RUBRICA
2ª Companhia de Engenharia de Construção

2.1.16. Não se aplica a esta contratação, pois não há qualquer contratação correlata e/ou interdependente a esta.

VIII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1.13. **A presente contratação:**

(X) No presente caso, como se trata de itens autônomos que podem ser adquiridos de forma independente, **não há necessidade de agrupamento em lotes ou grupos**. Dessa forma, esta contratação **será parcelada**, pois é técnica e economicamente viável, de forma a resguardar os interesses da administração, bem como ampliar a participação de pequenos empreendedores que estejam qualificados, nos termos da legislação vigente.

( ) No presente caso, como se trata de itens não autônomos que não podem ser adquiridos de forma independente, **há necessidade de agrupamento em lotes ou grupos**. Dessa forma, esta contratação não será parcelada, pois há necessidade técnica de juntar em lotes ou grupos.

IX - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

Para que a presente contratação fosse realizada, foi elaborado o Plano de Contratação Anual (PCA), de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração.

X – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

12.1.14. Os resultados pretendidos para a presente aquisição são:

(X) Em termos de economicidade, a presente aquisição não trará nenhum resultado pretendido;

( ) Em termos de economicidade, a presente aquisição trará os seguintes resultado pretendido:

(X) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, está aquisição não trará nenhum resultado pretendido;

( ) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, está aquisição trará os seguintes resultados pretendidos:

(X) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos materiais disponíveis, está aquisição não trará nenhum resultado pretendido;

( ) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos materiais disponíveis, está aquisição trará os seguintes resultados pretendidos:

(X) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis, está

Fl nº 45
RUBRICA

aquisição não trará nenhum resultado pretendido;

( ) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis, está aquisição trará os seguintes resultados pretendidos:

XI-PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

2.1.15. **As seguintes providências foram tomadas:**

( ) A aquisição foi analisada sob a ótica da Gestão Contratual e verificado a necessidade de ser realizado o contrato com a empresa vencedora da licitação através de um **Termo de Contrato.** Sendo assim, se faz necessário a existência de um **Fiscal de Contrato capacitado** designado pela Administração da 21ª Cia E Cnst.

(X) A aquisição foi analisada sob a ótica da Gestão Contratual e verificado que não há necessidade de ser realizado o contrato com a empresa vencedora da licitação através de um Termo de Contrato. Sendo assim, não se faz necessário a existência de um Fiscal de Contrato capacitado designado pela Administração da 21ª Cia E Cnst.

( ) Para uma melhor gestão contratual, a Administração da 21ª Cia E Cnst publicou ordem de capacitação de seus agentes para realizarem estágio de capacitação em Fiscalização de Contrato conforme BI nº ____, de _____de _____.

XII – DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGATÓRIAS:

2.1.17. **Quanto ao assunto, temos as seguintes observações:**

2.1.17.1. Foi realizada uma verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos **bens** a serem adquiridos/**serviços** a serem contratados.

2.1.17.2. **Para o objeto desta contratação, ficou constatado que:**

(X) Não se sujeita aos critérios de sustentabilidade, devido as seguintes justificativas:

a) ...

b) ...

c) ...

OU

( ) Sujeita-se aos seguintes critérios de sustentabilidade:

a) Especificação técnica do objeto: _____

b) Obrigação da contratada: _____

c) Requisito previsto em lei especial: _____

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 16
RUBRICA
21ª Companhia de Engenharia de Construção

2.1.17.3. **Ficou comprovado que as especificações de sustentabilidade para o presente objeto da aquisição:**

(X) **Não restringem** a competição em dado mercado;

OU

( ) **Restringem** indevidamente a competição em dado mercado conforme as seguintes justificativas:

a) ...

b) ...

c) ...

(X) **Preservam** o caráter competitivo do certame;

OU

( ) **Não Preservam** o caráter competitivo do certame;

( ) Dentre as recomendações voltadas para os **critérios e práticas de sustentabilidade ambiental**, foi consultado o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis em sua 5ª Edição. Durante a consulta ao referido guia, foram feitas as seguintes observações:**

() Foram encontradas recomendações conforme extratos do guia no ANEXO III;
(X) Não foram encontradas recomendações no guia;
( ) Para a presente aquisição, foram observados os seguintes possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras:

a) **Impactos-ambientais:** _

b) **Medidas mitigadoras:**

XIII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

3.1. Considerando as disposições constantes neste estudo, sobretudo, acerca das justificativas da necessidade de aquisição e dos quantitativos de material, bem como da análise dos riscos que envolvem a fase inicial deste procedimento, esta equipe se posiciona pela:

(X) **VIABILIDADE** das aquisições, desde que sejam observadas às disposições acerca dos riscos apontados nete Estudo Técnico Preliminar (ETP) e por entender que foram razoáveis os fundamentos que motivaram a demanda dos materiais para a administração.

( ) **INVIABILIDADE** das aquisições,
pois..._____

Fl nº 17
RUBRICA

4 - ANEXOS:

São Gabriel da Cachoeira, AM, 02 de outubro de 2024

[redacted]

DANIELSON CAMPOS DOS SANTOS FILHO – 2° Tenente
Chefe da Equipe de planejamento

[redacted]

LEANDRO MOURA REIS – 1º Sargento
Membro da Equipe

Ciência do Fiscal Administrativo:

São Gabriel da Cachoeira, AM, 02 de outubro de 2024

[redacted]

BRUNO BRAGA DA SILVA SOUSA – Major
Fiscal Administrativo da 21ª Cia E Cnst

APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS:

1. Considerando do disposto no Art. 14, § II do Decreto 10.024/19, **APROVO** o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) acerca do objeto proposto. Reitero plena concordância com as justificativas da necessidade da aquisição, bem como a estimativa dos quantitativos apresentados.

2. Determino o início da elaboração do respectivo Termo de Referência, uma vez que ficou constatada que a eventual contratação é **VIÁVEL** para esta administração.

São Gabriel da Cachoeira, AM, 02 de outubro de 2024

[redacted]

JOSINALDO LOPES DE MENESES – Coronel
Ordenador de Despesas 21ª Cia E Cnst

21ª Cia E CNST
FL Nº 18
Rubrica

Estudo Técnico Preliminar 15/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 64411.000880/2024-41

2. DA FINALIDADE:

1.

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade:

a. 2. Analisar a **aquisição de material de instrução e desportos** visando atender à demanda da 21ª Cia E Cnst referente ao segundo semestre de 2024;

b. 3. Complementar a análise dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência do processo **NUP: 64411.000880/2024-41**– UASG: 160022.

1.2. Área requisitante: 3ª Seção da 21ª Cia E Cnst

1.2.1. Responsáveis (BI Nr 184, de 01 de outubro de 2024):

a DANIELSON CAMPOS DOS SANTOS FILHO – 2° Ten - Chefe da Equipe;

b. LEANDRO MOURA REIS – 1º Sgt – Aux. da Equipe;

1.

1.1. **Amparo Legal:**

1.1.1. Inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133/21;

1.1.2. Instrução Normativa SEGES-ME nº 58/2022;

3. Descrição da necessidade

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público, a 21ª CIA E CNST, por força de suas atribuições, vem sendo constantemente empregada na execução direta de obras conveniadas e/ou de cooperação, obras essas executadas nas mais longínquas localidades do Território Amazônico.

A aquisição do presente material de instrução e desportos, objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), atenderá as demandas das obras nas quais a 21ª CIA E CNST, no que tange à pratica de esportes, e orientações desportivas, com o intuito de manter o bom condicionamento físico da tropa, nas atividades militares do aquartelamento.

21ª C E CNST
FL Nº 19
Rubrica

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
3ª Seção da 21ª Cia E Cnst	DANIELSON CAMPOS DOS SANTOS FILHO – 2° Ten

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

II – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A aquisição de aquisição de material de instrução e desportos, de forma geral, têm os requisitos e adquiridos de forma a atender os padrões mínimos regidos por normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e INMETRO. Desta forma, para a presente contratação, deve-se estar de acordo com as normas da ABNT NBR Nº 10520:2002 e Portarias Nº 481/2010, Nº 262/2012, e Nº 69/2017 todas do INMETRO, em caso de ausência destas, seguir as recomendações técnicas de literaturas consagradas.

6. Levantamento de Mercado

III - LEVANTAMENTO DE MERCADO:

2.1.8. Consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. No caso da presente contratação, foi utilizada a seguinte:

(X) Contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração;

( ) Consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições (se for o caso);

( ) Outras (Especificar quais)

7. Descrição da solução como um todo

IV - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

2.1.12. Foram elencadas as seguintes soluções relacionadas abaixo:

21ª Cia E Cnst FL Nº 20 Rubrica

a. 1. Quanto ao acompanhamento técnico durante a realização da Licitação:

Será acompanhado pelo seguinte militar para fazer parte da Equipe de Apoio Técnico da Licitação: **1º Sgt Reis**

b. 1. Quanto ao local de entrega do objeto: [redacted]

c. 2. Quanto ao prazo de entrega do objeto: **30 dias após o recebimento da Nota de Empenho;**

d. 3. Quanto ao recebimento do objeto: **Será recebido no setor de almoxarifado da 21ª Cia E Cnst, acompanhado da Nota Fiscal e Nota de Empenho;**

e. 4. Quanto às particularidades da cidade sede para entrega do objeto (Localização, Fuso horário etc.: **Localização informada no local de entrega. Logística até a Cidade-sede, somente por meio fluvial ou aéreo; horário local para recebimento [redacted];**

f. 5. Quanto ao tipo de empenho que será usado para a realizar a aquisição:

( ) **EMPENHO ORDINÁRIO** (X) **EMPENHO GLOBAL** ( ) **EMPENHO ESTIMATIVO**

g. 1. Quanto a formalização do contrato através do Termo de Contrato:

(X) **NÃO HAVERÁ CONTRATO** ( ) **HAVERÁ CONTRATO**

h. 1. Quanto a garantia da contratação:

(X) Não haverá exigência da garantia da contratação pelas seguintes razões:

- A aquisição é de baixo/médio vulto;
- Não haverá risco para a administração em não exigir a garantia;
- Etc.

( ) Haverá exigência da garantia da contratação nas seguintes modalidades:

- Caução;
- Fiança bancária;
- Seguro-garantia;

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

V - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

2.1.5. A estimativa da quantidade a ser contratada deve partir do princípio de que houve consumo do mesmo objeto em anos anteriores ou de um novo planejamento

2ª Cia E CNST FL Nº 21 Rubrica

sobre fato novo, como exemplo uma obra nova. Dessa forma, a presente contratação tem as seguintes características:

(X) O objeto da presente aquisição **já foi**, nos últimos dois anos anteriores a esta contratação, em todo ou em parte, adquirido por esta administração conforme extrato do **Sistema de Controle Físico (SISCOFIS)**, conforme ANEXO I;

(_) O objeto da presente aquisição **não foi**, nos últimos dois anos anteriores a esta contratação, em todo ou em parte, adquirido por esta administração;

(X) As **memórias de cálculo** e os **documentos que lhe dão suporte** para a estimativa das quantidades a serem contratadas, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala, **foram anexadas a este ETP** conforme ANEXO II;

2.1.6. A equipe que abaixo subscreve este Estudo Técnico Preliminar (ETP) fez **levantamento preliminar através do SISCOFIS**, com base no consumo dos últimos dois anos e também com base na necessidade atual da 3ª Seção, a fim de se alcançar uma **estimativa das quantidades a serem contratadas**.

2.1.7. Segue abaixo a relação dos itens que serão objeto de consumo por esta Administração, contendo o código de cadastro de **material/serviço (CATMAT /CATSER)** junto ao SIASG, as descrições detalhadas, as respectivas requisições e a periodicidade entre as requisições:

TABELA I:

ITEM	DESCRIÇÃO /ESPECIFICAÇÃO *(DETALHADA)*	CATMAT/ CATSER *(VÁLIDO)*	UNIDADE DE MEDIDA	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total	VALOR UNITÁRIO	V/ T
1	Bola de Vôlei de Areia, com 65 cm a 67 cm de circunferência, pesando entre 260 e 280 gramas, contendo em seu interior câmara em butil, costurada, confeccionada em PU e microfibra, dupla laminação, com miolo de	450273	Unidade	2	2	2	R$ 200,00	R$

21ª Cia E Cnst FL Nº 22 Rubrica

	silicone removível e lubrificado, aferida, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição;							
2	Rede para Voleibol, confeccionada em polietileno (nylon), de filamento contínuo de 2,0 mm, medida oficial, com 02 faixas em lona de algodão nº 800 (superior e inferior), com malha de 10 X 10 cm, comprimento mínimo de 9,50 m, com largura/altura de 1,0 m, acompanhada por corda de nylon ou seda branca, medindo 12 m;	451545	Unidade	1	1	1	R$ 200,00	R$
3	Fita marcação quadra, material náilon, comprimento 16 m, largura 8 cm, aplicação vôlei de praia;	350632	Unidade	1	1	1	R$ 270,00	R$
4	Bola de Futebol de Campo Oficial, com 68 cm a 70 cm de circunferência, pesando entre 410 e 450 gramas, contendo em seu interior câmara em butil, costurada, confeccionada em PVC, miolo removível e lubrificado, aferida, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição;	451678	Unidade	2	2	2	R$ 200,00	R$
5	Rede oficial de futebol de campo oficial modelo europeu confeccionada no fio 4 mm em polipropileno (seda) e na malha 14x14 em cordas trançadas entre nós, medidas de 7,50 de largura por 2 50 de	410869	Unidade	2	2	2	R$ 390,00	R$

21ª CIA E CNST FL Nº 23 Rubrica

	Altura, lateral superior e inferior de 2,00 metros, com tratamento ultra violeta (uv).							
6	Apito para uso de árbitro, confeccionado em metal, tamanho oficial, com esfera de plástico impermeável em sua parte interior, contendo em sua parte anterior um orifício onde será inserida uma argola de metal para fixação do cordão;	224659	Unidade	5	5	5	R$ 20,00	R$
7	Kit colete para treino esportivo, material dry-fit 100%, tamanhos únicos; com 12 unidades; diversos, cores a ser definida pelo órgão solicitante. Características. Adicionais: Face Dupla;	464823	Unidade	2	2	2	R$ 335,00	R$
VALOR TOTAL								R$ 2

*A **Requisição Máxima** a ser solicitada ao licitante no momento da entrega do material deve múltiplo da **Requisição Mínima** e ambas devem ser múltiplas da **Quantidade Total**;

2.1.7.1. Quanto à descrição detalhada do objeto e da modalidade licitatória:

(X) Foi realizada com maior detalhamento possível evitando o direcionamento do objeto à alguma marca específica;

( ) Foi realizada por setor técnico que tem a expertise para o detalhamento do objeto;

( ) Foi realizada com detalhamento específico à determinada **marca ou modelo** e formalmente justificado nas seguintes hipóteses:

( ) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;

JUSTIFICATIVA: _____

21ª Cia E CMST FL Nº 24 Rubrica

( ) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;

JUSTIFICATIVA: _____

( ) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;

JUSTIFICATIVA: _____

( ) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

JUSTIFICATIVA: _____

2.1.7.1.1. O objeto da presente contratação pode ser objetivamente definido como **bens/serviços comuns** com amparo nos incisos **XIII** e **XLI do art. 6º da Lei nº 14.133/21.**

2.1.7.1.2. Quanto à modalidade de licitação mais adequada para o objeto da presente contratação, com amparo no inciso XLI do art. 6º da Lei nº 14.133/21, será usado o **Pregão** em sua forma **Eletrônica** (SRP/SISPP) pelo MENOR PREÇO/MAIOR DESCONTO.

2.1.7.2. **Quanto à exigência de amostra para o objeto:**

(X) Não será necessária;

( ) Será necessária;

J U S T I F I C A T I V A :

_____

2.1.7.3. **Quanto ao código CATSERV:**

(X) Encontram-se todos válidos e ativos;

( ) Os seguintes códigos abaixo encontram-se inválidos e inativos:

_____

2ª Cia E CMST Fl. Nº 25 Rubrica

ITEM	CATMAT	CAT

(X) Não foram usados códigos CATMAT/CATSER sustentáveis.

( ) Foram usados os seguintes códigos CATMAT/CATSER sustentáveis:

ITEM	CATMAT	CAT

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 2.820,00

2.1.9. A estimativa do valor total da contratação foi realizada com amparo nos seguintes parâmetros:

(X) Preços unitários referenciais;

(X) Memórias de Cálculo;

(X) Documentos que dão suporte à Memória de Cálculo;

2.1.10. Com base nos parâmetros relacionados acima, o valor total estimado para a contratação é de **R$2.820,00 (Dois mil oitocentos e vinte reais).**

2.1.11. Em linhas gerais, a estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o que dispõe a **IN SEGES _ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021**, obedecendo aos seguintes parâmetros do Art.5º:

> *Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será*

21º C M E CMST
Fls. Nº 26
Rubrica

realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

21ª Cia E CNST
FL Nº 27
Rubrica

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

21ª Cia E CNST
FL Nº 25
Rubrica

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

VII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO;

O item é demanda única, de pequeno vulto e que não extrapola o valor máximo permitido para o caso particular da dispensa.

VIII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1.13. **A presente contratação:**

(X) No presente caso, como se trata de itens autônomos que podem ser adquiridos de forma independente, **não há necessidade de agrupamento em lotes ou grupos**. Dessa forma, esta contratação **será parcelada**, pois é técnica e economicamente viável, de forma a resguardar os interesses da administração, bem como ampliar a participação de pequenos empreendedores que estejam qualificados, nos termos da legislação vigente.

( ) No presente caso, como se trata de itens não autônomos que não podem ser adquiridos de forma independente, **há necessidade de agrupamento em lotes ou grupos**. Dessa forma, esta contratação não será parcelada, pois há necessidade técnica de juntar em lotes ou grupos.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

VIII- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

2.1.16. Não se aplica a esta contratação, pois não há qualquer contratação correlata e/ou interdependente a esta.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

IX - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

Para que a presente contratação fosse realizada, foi elaborado o Plano de Contratação Anual (PCA), de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração.

21ª Cia E Cnst
Fl. Nº 29
Rubrica

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

X – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

12.1.14. Os resultados pretendidos para a presente aquisição são:

(X) Em termos de economicidade, a presente aquisição não trará nenhum resultado pretendido;

( ) Em termos de economicidade, a presente aquisição trará os seguintes resultado pretendido:

(X) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, está aquisição não trará nenhum resultado pretendido;

( ) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, está aquisição trará os seguintes resultados pretendidos:

(X) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos materiais disponíveis, está aquisição não trará nenhum resultado pretendido;

( ) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos materiais disponíveis, está aquisição trará os seguintes resultados pretendidos:

(X) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis, está aquisição não trará nenhum resultado pretendido;

( ) Em termos de um melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis, está aquisição trará os seguintes resultados pretendidos:

14. Providências a serem Adotadas

XI-PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

2.1.15. **As seguintes providências foram tomadas:**

( ) A aquisição foi analisada sob a ótica da Gestão Contratual e verificado a necessidade de ser realizado o contrato com a empresa vencedora da licitação através de um **Termo de Contrato.** Sendo assim, se faz necessário a existência de um **Fiscal de Contrato capacitado** designado pela Administração da 21ª Cia E Cnst.

(X) A aquisição foi analisada sob a ótica da Gestão Contratual e verificado que não há necessidade de ser realizado o contrato com a empresa vencedora da licitação através de um Termo de Contrato. Sendo assim, não se faz necessário a existência de um Fiscal de Contrato capacitado designado pela Administração da 21ª Cia E Cnst.

E CIA FL Nº 30 Rubrica

( ) Para uma melhor gestão contratual, a Administração da 21ª Cia E Cnst publicou ordem de capacitação de seus agentes para realizarem estágio de capacitação em Fiscalização de Contrato conforme BI nº ____, de _____de _____.

15. Possíveis Impactos Ambientais

XII – DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGATÓRIAS:

2.1.17. **Quanto ao assunto, temos as seguintes observações:**

2.1.17.1. Foi realizada uma verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos **bens** a serem adquiridos/**serviços** a serem contratados.

2.1.17.2. **Para o objeto desta contratação, ficou constatado que:**

(X) Não se sujeita aos critérios de sustentabilidade, devido as seguintes justificativas:

a) ...

b) ...

c) ...

OU

( ) Sujeita-se aos seguintes critérios de sustentabilidade:

a) Especificação técnica do objeto: _____

b) Obrigação da contratada: _____

c) Requisito previsto em lei especial: _____

2.1.17.3. **Ficou comprovado que as especificações de sustentabilidade para o presente objeto da aquisição:**

(X) **Não restringem** a competição em dado mercado;

OU

( ) **Restringem** indevidamente a competição em dado mercado conforme as seguintes justificativas:

a) ...

21° Cia E CNST
FL Nº 31
Rubrica

b) ...

c) ...

(X) **Preservam** o caráter competitivo do certame;

OU

( ) **Não Preservam** o caráter competitivo do certame;

( ) Dentre as recomendações voltadas para os **critérios e práticas de sustentabilidade ambiental**, foi consultado o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis em sua 5ª Edição. Durante a consulta ao referido guia, foram feitas as seguintes observações:**

() Foram encontradas recomendações conforme extratos do guia no ANEXO III;

(X) Não foram encontradas recomendações no guia;

( ) Para a presente aquisição, foram observados os seguintes possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras:

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

XIII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

3.1. Considerando as disposições constantes neste estudo, sobretudo, acerca das justificativas da necessidade de aquisição e dos quantitativos de material, bem como da análise dos riscos que envolvem a fase inicial deste procedimento, esta equipe se posiciona pela:

(X) **VIABILIDADE** das aquisições, desde que sejam observadas às disposições acerca dos riscos apontados nete Estudo Técnico Preliminar (ETP) e por entender que foram razoáveis os fundamentos que motivaram a demanda dos materiais para a administração.

21ª VARA E CNST
FL Nº 32
Rubrica

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

JOSINALDO LOPES DE MENESES

Autoridade competente

METODOLOGIA DA PESQUISA DE PREÇOS
PROCESSO NUP 64411.000880/2024-41

1. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO:

1.1. A presente pesquisa de preço tem como objeto a de material de instrução e desportos, para exercícios do efetivo da 21ª Cia E Cnst, conforme calendário de atividades da OM.

2. DO ENQUADRAMENTO DO OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO:

2.1. O objeto da presente Pesquisa de Preço se enquadra em bens em geral, dessa forma, a referida pesquisa teve como amparo legal a **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021.**

2.2. O âmbito de aplicação desta Pesquisa de Preço é no âmbito da Administração Pública Federal na figura da 21ª Cia e Cnst.

3. DO PREÇO ESTIMADO E DO SOBREPREÇO:

3.1. Para fins do disposto nesta pesquisa, foi considerado **a mediana** como sendo o valor obtido a partir do método matemático aplicado em série de preços coletados e foi desconsiderado, na sua formação, os valores inexequíveis, os inconsistentes e os excessivamente elevados.

3.2. Em atenção ao que prescreve o Art. 2°, I da IN/SEGES Nº 65/2021, a presente pesquisa não apresenta nenhum item em **sobrepreço.**

4. DA ELABORAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇO:

4.1. **Foi materializada em documento que contém os seguintes parâmetros:**

a) descrição do objeto a ser contratado;

b) Identificação do (s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

c) caracterização das fontes consultadas;

d) série de preços coletados;

e) método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

f) justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

g) **memória de cálculo** do valor estimado e documentos que lhe dão suporte;

h) justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º da IN/SEGES Nº 65/2021

5. DOS PARÂMETROS UTILIZADOS:

5.1. A presente Pesquisa de Preço foi elaborada em consonância com os seguintes parâmetros previstos no Art. 5º, da **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021**, *in verbis*:

( ) composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos **sistemas oficiais de governo**, como **Painel de Preços** ou **Banco de Preços** em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente, conforme **inciso I, art. 5º da IN/SEGES Nº 65/2021.**

( ) dados de pesquisa publicada em **mídia especializada**, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de **sítios eletrônicos especializados** ou de **domínio amplo**, desde que **atualizados no momento da pesquisa** e compreendidos no intervalo de **até 6 (seis) meses** de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso, conforme **inciso II, art. 5º da IN/SEGES Nº 65/2021.**

(X) **pesquisa direta** com, **no mínimo, 3 (três) fornecedores**, mediante solicitação formal de cotação, por meio de **ofício ou e-mail**, desde que seja **apresentada justificativa** da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de **6 (seis) meses de antecedência** da data de divulgação do edital, conforme **inciso III, art. 5º da IN/SEGES Nº 65/2021.**

( ) pesquisa na **base nacional de notas fiscais eletrônicas**, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de **até 1 (um) ano** anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no **Caderno de Logística**, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, conforme **inciso IV, art. 5º da IN/SEGES Nº 65/2021.**

5.2. **Não foi utilizado** outros critérios ou métodos de pesquisa de preço diferentes dos elencados no item 5.1 deste instrumento.

5.3. Em atenção ao que prescreve o parágrafo primeiro, Art. 5º da **IN/SEGES Nº 65/2021, foram priorizados** os parâmetros estabelecidos nos **incisos I e II.**

6. DA PESQUISA DIRETA COM FORNECEDORES:

6.1. Houve pesquisa de preços realizada diretamente com fornecedores, nos termos do inciso IV, Art. 5º da IN/SEGES Nº 65/2021 e foram observados os seguintes parâmetros na proposta:

(X) prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

(X) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

(X) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

(X) nome completo e identificação do responsável;

( ) registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

7. DA METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO:

7.1. Foram utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado a **MEDIANA obtidos na pesquisa de preços,** sobre um conjunto de **três ou mais preços** desconsiderado os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

7.1.1. Não foi estimado nenhum valor de item com base em menos de três preços.

7.2. Abaixo, segue o resumo da metodologia de preços:

Item	Justificativa da obtenção de preços
1 ao 7	Esses itens tiveram Pesquisa direta com fornecedor. Foram enviados e-mails/Ofício para as empresas (Empresas A, B, C, D e F) e nenhuma delas responderam. Seguem em anexo ao ETP os e-mails/ofícios enviados.

1 ao 7	Esses itens tiveram Pesquisa direta com fornecedor. Foram enviados e-mails/Ofício para as empresas (Empresas A, B, C) e todas elas responderam que não tem interesse em fornecer o orçamento. Seguem em anexo ao ETP os e-mails/ofícios enviados.

São Gabriel da Cachoeira - AM, 02 de outubro de 2024.

[redacted]

DANIELSON CAMPOS DOS SANTOS FILHO – 2° Ten - Chefe da Equipe

[redacted]

LEANDRO MOURA REIS – 1º Sgt – Aux. da Equipe

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

21ª Cia E CNST
FL Nº 37
Rubnca

TERMO DE REFERÊNCIA
COMPRAS – CONTRATAÇÃO DIRETA
Processo Administrativo n. 64411.000880/2024-41

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Aquisição de material de instrução e desportos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO *(DETALHADA)*	CATMAT / CATSER *(VÁLIDO)*	UNIDADE DE MEDIDA	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Bola de Vôlei de Areia, com 65 cm a 67 cm de circunferência, pesando entre 260 e 280 gramas, contendo em seu interior câmara em butil, costurada, confeccionada em PU e microfibra, dupla laminação, com miolo de silicone removível e lubrificado, aferida, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição;	450273	Unidade	2	2	2	R$ 200,00	R$ 400,00
2	Rede para Voleibol, confeccionada em polietileno (nylon), de filamento contínuo de 2,0 mm, medida oficial, com 02 faixas em lona de algodão nº 800 (superior e inferior), com malha de 10 X 10 cm, comprimento mínimo de 9,50 m, com largura/altura de 1,0 m, acompanhada por corda de nylon ou seda branca, medindo 12 m;	451545	Unidade	1	1	1	R$ 200,00	R$ 200,00
3	Fita marcação quadra, material náilon, comprimento 16 m, largura 8 cm, aplicação vôlei de praia;	350632	Unidade	1	1	1	R$ 270,00	R$ 270,00
4	Bola de Futebol de Campo Oficial, com 68 cm a 70 cm de circunferência, pesando entre 410 e 450 gramas, contendo em seu interior câmara em butil, costurada, confeccionada em PVC, miolo removível e lubrificado, aferida, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição;	451678	Unidade	2	2	2	R$ 200,00	R$ 400,00

21ª Cia E CNST
FL Nº 38
Rubrica

5	Rede oficial de futebol de campo oficial modelo europeu confeccionada no fio 4 mm em polipropileno (seda) e na malha 14x14 em cordas trançadas entre nós, medidas de 7,50 de largura por 2 50 de Altura, lateral superior e inferior de 2,00 metros, com tratamento ultra violeta (uv).	410869	Unidade	2	2	2	R$ 390,00	R$ 780,00
6	Apito para uso de árbitro, confeccionado em metal, tamanho oficial, com esfera de plástico impermeável em sua parte interior, contendo em sua parte anterior um orifício onde será inserida uma argola de metal para fixação do cordão;	224659	Unidade	5	5	5	R$ 20,00	R$ 100,00
7	Kit colete para treino esportivo, material dry-fit 100%, tamanhos únicos; com 12 unidades; diversos, cores a ser definida pelo órgão solicitante. Características. Adicionais: Face Dupla;	464823	Unidade	2	2	2	R$ 335,00	R$ 670,00
VALOR TOTAL								**R$ 2.820,00**

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3. *O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) a partir da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.*

1.4. O custo estimado total da contratação é de ***R$ 2.820,00 (Dois mil oitocentos e vinte reais),*** conforme custos unitários apostos *na tabela acima.*

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. *A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:
4.1.1. *Sustentabilidade:*

21ª Cia E Cnst
Fl Nº 39
Rubrica

4.1.1.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.1.1.1.1. *[...]*

4.1.2. *Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):*

4.1.2.1. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

4.1.3. *Da exigência de amostra:*

4.1.3.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.1.3.2. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

a) ...
b) ...
c) ...

4.1.3.3. As amostras poderão ser entregues no endereço ____ , no prazo limite de _____, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

***4.1.3.4.** É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.*

4.1.3.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.1.3.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

a) Itens (....): .....;
b) Itens (....): .....; .

4.1.3.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.1.3.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.1.3.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.1.3.10. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de ..... (.....) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.1.3.11. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.1.4. *Da vedação de contratação de marca/produto: Não se aplica*

4.1.5. *Da exigência de carta de solidariedade: não se aplica*

4.2. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

21ª Cia E Cnst
Fl. Nº 40

4.3. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões do baixo custo da contratação.*

4.1. *O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) emissão da nota de empenho, em remessa única.*

4.1. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*
4.2. *Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço na 21ª Companhia de Engenharia de Construção – Área Militar Capitão Noboa Oba, s/n, São Gabriel da Cachoeira – AM, CEP 69750-000.*

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

5.1. *O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 6 (seis) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

21ª Cia E Cnst
FL Nº 41
RUBRICA

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se excepcionalmente o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

6.9. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).*

6.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

7.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 (indicar um dos incisos do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso concreto).*

21ª Cia E CNST
FL Nº 42
Rubrica

7.2. *Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:*

a) SICAF;
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

7.3. *A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.*
7.4. *Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.*
7.5. *A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.*
7.6. *O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.*
7.7. *Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.*
7.8. *É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.*
7.9. *Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.*
7.10. *Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.*
7.11. *Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.*
7.12. *Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:*

7.13. ***Habilitação Jurídica:***

7.13.1. ***Pessoa física:*** *cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;*

OU

7.13.1. ***Empresário individual****: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;*

OU

7.13.1. ***Microempreendedor Individual - MEI****: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;*

21ª Cia E CNST
FL Nº 43
Rubrica

OU

7.13.1. ***Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;*

OU

7.13.1. ***Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País**: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;*

OU

7.13.1. ***Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;*

OU

7.13.1. ***Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;*

OU

7.13.1. ***Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.*

7.13.2. *Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.*

7.14. ***Habilitações fiscal, social e trabalhista:***

7.14.1. *prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);*

OU

7.14.1. *prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);*

7.14.2. *prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.*

7.14.3. *prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);*

7.14.4. *declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;*

7.14.5. *prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.*

21ª Cia E CNST
FL Nº 44
Rubrica

7.14.6. *prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;*

7.14.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.14.7. *prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;*

7.14.7.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

7.15. *Será exigida do fornecedor, ainda, a seguinte documentação complementar:*

7.15.1. *A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;*

7.15.2. *A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;*

7.15.3. *A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;*

7.15.4. *O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;*

7.15.5. *A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;*

7.15.6. *Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação;*

7.15.7. *A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.*

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

8.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: [...];
Fonte de Recursos: [...];

21ª Cia E CNST
FL Nº 45
Rubrica

Programa de Trabalho: [...];
Elemento de Despesa: [...];
Plano Interno: [...];

8.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

São Gabriel da Cachoeira, AM, 02 de outubro de 2024

[redacted]

DANIELSON CAMPOS DOS SANTOS FILHO – 2° Tenente
Chefe da Equipe de planejamento

[redacted]

LEANDRO MOURA REIS – 1º Sargento
Membro da Equipe

Gmail

Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com>

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

6 mensagens

Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com>
Para: licitasacontabill@gmail.com, vancarservecom@gmail.com

26 de setembro de 2024 às 14:52

Prezados,

Venho por meio deste, solicitar a possibilidade de nos enviar um orçamento, dos seguintes materiais abaixo:

- Bola de Vôlei de Praia - 2 und;
- Rede de Vôlei de Praia - 1 und;
- marcação de chão de vôlei - 1 unid;
- Bola de Futebol de campo - 2 und;
- Redes de futebol de campo - 2 und;
- Aptos metálicos - 5 Und;
- Kit Colete de time cada um com 24 - 2 Und

Informo que tal cotação tem em vista a aquisição dos materiais para desportos a serem realizados na 21º Cia E Cnst.

Atenciosamente,

21º Companhia de Engenharia de Construção;
SALC - SEÇÃO DE AQUISIÇÕES LICITAÇÕES E CONTRATOS;
CNPJ: [redacted]
Bairro Cachoeirinha, São Gabriel da Cachoeira - AM, 69750-00[redacted]
e-mail institucional: salc@21ciaecnst.eb.mil.br / 21cia.salc@gmail.com;
Tel: (92)3042-1155.

Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com>
Para: affariasconst@gmail.com

26 de setembro de 2024 às 15:04

[Texto das mensagens anteriores oculto]

VANCAR <vancarservecom@gmail.com>
Para: Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com>

26 de setembro de 2024 às 15:16

Segue anexo orçamento solicitado
[Texto das mensagens anteriores oculto]

21ª Cia E Cnst
FL Nº 46
Rubrica

orçamento 21ª.pdf
494K

S A Contabil <licitasacontabill@gmail.com>
Para: Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com>

26 de setembro de 2024 às 15:19

Boa tarde.

Segue anexo orçamento solicitado.

SHEYLA ALVES MOREIRA
SÓCIA ADMINISTRADORA

On Thu, Sep 26, 2024 at 2:52 PM Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com> wrote:
[Texto das mensagens anteriores oculto]

ORÇAMENTO TIMBRADO a 21°.pdf
618K

Farias Contrução <affariasconst@gmail.com>
Para: Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com>

26 de setembro de 2024 às 15:22

Prezados,
Conforme solicitado, segue anexo orçamento.
[Texto das mensagens anteriores oculto]

ORAÇMENTO a 21 assinado.pdf
513K

Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com>
Rascunho para: Farias Contrução <affariasconst@gmail.com>

30 de setembro de 2024 às 14:24

21ª Cia E Cmst FL Nº 47 Rubrica

Recebido.

21º Companhia de Engenharia de Construção;
SALC - SEÇÃO DE AQUISIÇÕES LICITAÇÕES E CONTRATOS;
CNPJ [redacted]
e-mail institucional: salc@21ciaecnst.eb.mil.br / 21cia.salc@gmail.com;
Tel: (92)3042-1155.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

21ª Cia E Cnst
FL Nº 48
Rubrica

Gmail

Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com>

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

VANCAR <vancarservecom@gmail.com>
Para: Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com>

26 de setembro de 2024 às 15:16

Segue anexo orçamento solicitado
[Texto das mensagens anteriores oculto]

orçamento 21ª.pdf
494K

21ª Cia E Cmst
FL Nº 49
Rubrica

Gmail

Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com>

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

S A Contabil <licitasacontabill@gmail.com>
Para: Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com>

26 de setembro de 2024 às 15:19

Boa tarde.

Segue anexo orçamento solicitado.

SHEYLA ALVES MOREIRA
SÓCIA ADMINISTRADORA

On Thu, Sep 26, 2024 at 2:52 PM Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com> wrote:
[Texto das mensagens anteriores oculto]

ORÇAMENTO TIMBRADO a 21°.pdf
618K

21ª CIA E CMSI
FL Nº 50
Rubrica

Gmail

Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com>

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

Farias Contrução <affariasconst@gmail.com>
Para: Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com>

26 de setembro de 2024 às 15:22

Prezados,
Conforme solicitado, segue anexo orçamento.
[Texto das mensagens anteriores oculto]

ORAÇMENTO a 21 assinado.pdf
513K

21º CIA E C/Sv
FLNº 51
Rubrica

21ª Cia E CNST
FL Nº 52
Rubrica

V. S. DA SILVA LTDA

CNPJ: 55.030.406/0001-09

[redacted]

São Gabriel da cachoeira, AM 26 de setembro de 2024.

À: 21ª Companhia de Engenharia de Construção

Assunto: Resposta a solicitação de orçamento

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Bola de vôlei de praia	Und	2	R$ 250,00	R$ 500,00
2	Rede de vôlei de areia	Und	1	R$ 250,00	R$ 250,00
3	Kit marcação para quadra de vôlei de areia	Und	1	R$ 300,00	R$ 300,00
4	Bola de futebol de campo	Und	2	R$ 250,00	R$ 500,00
5	Rede para gol de campo de futebol	Und	2	R$ 400,00	R$ 800,00
6	Apto	Und	5	R$ 22,00	R$ 110,00
7	Conjunto Colete de futebol com 12 unidade	Und	2	R$ 350,00	R$ 700,00
VALOR TOTAL				**R$ 3.160,00**	

Valor total da proposta: (três mil cento e sessenta reais)
Validade: 60 dias a contar da assinatura

V S DA SILVA LTDA:55030406000109

Assinado de forma digital por V S DA SILVA LTDA:55030406000109 Dados: [redacted]

VANDERLAN SOUSA DA SILVA
CPF: [redacted]
PROPIETÁRIO

Email: vancarservecom@gmail.com; Tel contato: (97) 9 8402-1419.

RAZÃO SOCIAL: S A CONTÁBIL LTDA
CNPJ: 43.380.465/0001-28
I E: 05.438.510-5

21º Cia E CNST
FL Nº 53
Rubrica

ORÇAMENTO

À: 21º CIA E CNST

A S A CONTÁBIL LTDA, CNPJ nº 43.380.465/0001-28, sediada na [redacted] por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) Sheyla Alves Moreira, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade [redacted] e do CPF [redacted] para os fins de participação no certame nº 90012 / 2024 apresenta a seguinte orçamento:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Bola de vôlei (penalty)	Und	2	R$ 200,00	R$ 400,00
2	Rede de vôlei	Und	1	R$ 200,00	R$ 200,00
3	Kit marcação para quadra de vôlei de areia	Und	1	R$ 270,00	R$ 270,00
4	Bola de futebol de campo (penalty)	Und	2	R$ 200,00	R$ 400,00
5	Rede para trave de campo de futebol	Und	2	R$ 390,00	R$ 780,00
6	Aptos metálicos	Und	5	R$ 20,00	R$ 100,00
7	Kit colete de futebol com 12 unidade	Duz	2	R$ 335,00	R$ 670,00
VALOR TOTAL				**R$ 2.820,00**	

Validade da proposta 60 dias a partir da sua assinatura.
Nos valores da proposta estão inclusos todos os gastos para a realização do objeto.
Declaramos que esta proposta foi elaborada de forma independente.
Dados para pagamento: Banco do Brasil; Agência: 1136-3; Conta-Corrente: 31643-1.

São Gabriel da Cachoeira/AM, de 26 de setembro de 2024.

43380465 SHEYLA ALVES MOREIRA:43380465000128

Assinado de forma digital por 43380465 SHEYLA ALVES MOREIRA:43380465000128
Dados: [redacted]

Sheyla Alves Moreira
CPF: [redacted]
Cargo: Sócia Administradora

EMAIL: licitasacontabill@gmail.com
Fone: 92 99273-9211
[redacted]

21º Cia E CNST
FL Nº 54
Rubrica

54.483.150 ALCINEIA FERNANDES FARIAS
CNPJ 54.483.150/0001-22
[redacted]

ORÇAMENTO

À: 21º Cia E Cnst

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Bola de vôlei de praia	Und	2	R$ 235,00	R$ 470,00
2	Rede de vôlei de areia	Und	1	R$ 250,00	R$ 250,00
3	Kit marcação para quadra de vôlei de areia	Und	1	R$ 290,00	R$ 290,00
4	Bola de futebol de campo	Und	2	R$ 240,00	R$ 480,00
5	Rede para gol de campo de futebol	Und	2	R$ 380,00	R$ 760,00
6	Apto	Und	5	R$ 20,00	R$ 100,00
7	Conjunto Colete de futebol com 12 unidade	Und	2	R$ 350,00	R$ 700,00
VALOR TOTAL				R$ 3.050,00	

Validade da proposta 60 dias a partir da sua assinatura.
Nos valores da proposta estão inclusos todos os gastos para a realização do objeto.
Declaramos que esta proposta foi elaborada de forma independente.

São Gabriel da Cachoeira/AM, de 26 de SETEMBRO de 2024.

54.483.150/0001-22
ALCINEIA FERNANDES FARIAS
[redacted]

ALCINEIA FERNANDES FARIAS
PROPRIETARIA
CPF: [redacted]

21ª Cia E CNST
FL Nº 55
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

TERMO DE REFERÊNCIA
COMPRAS – CONTRATAÇÃO DIRETA
Processo Administrativo n. 64411.000880/2024-41

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Aquisição de material de instrução e desportos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO *(DETALHADA)*	CATMAT / CATSER *(VÁLIDO)*	UNIDADE DE MEDIDA	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Bola de Vôlei de Areia, com 65 cm a 67 cm de circunferência, pesando entre 260 e 280 gramas, contendo em seu interior câmara em butil, costurada, confeccionada em PU e microfibra, dupla laminação, com miolo de silicone removível e lubrificado, aferida, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição;	450273	Unidade	2	2	2	R$ 200,00	R$ 400,00
2	Rede para Voleibol, confeccionada em polietileno (nylon), de filamento contínuo de 2,0 mm, medida oficial, com 02 faixas em lona de algodão nº 800 (superior e inferior), com malha de 10 X 10 cm, comprimento mínimo de 9,50 m, com largura/altura de 1,0 m, acompanhada por corda de nylon ou seda branca, medindo 12 m;	451545	Unidade	1	1	1	R$ 200,00	R$ 200,00
3	Fita marcação quadra, material náilon, comprimento 16 m, largura 8 cm, aplicação vôlei de praia;	350632	Unidade	1	1	1	R$ 270,00	R$ 270,00
4	Bola de Futebol de Campo Oficial, com 68 cm a 70 cm de circunferência, pesando entre 410 e 450 gramas, contendo em seu interior câmara em butil, costurada, confeccionada em PVC, miolo removível e lubrificado, aferida, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição;	451678	Unidade	2	2	2	R$ 200,00	R$ 400,00

21ª Cia E CNST
FL Nº 56
Rubrica

5	Rede oficial de futebol de campo oficial modelo europeu confeccionada no fio 4 mm em polipropileno (seda) e na malha 14x14 em cordas trançadas entre nós, medidas de 7,50 de largura por 2 50 de Altura, lateral superior e inferior de 2,00 metros, com tratamento ultra violeta (uv).	410869	Unidade	2	2	2	R$ 390,00	R$ 780,00
6	Apito para uso de árbitro, confeccionado em metal, tamanho oficial, com esfera de plástico impermeável em sua parte interior, contendo em sua parte anterior um orifício onde será inserida uma argola de metal para fixação do cordão;	224659	Unidade	5	5	5	R$ 20,00	R$ 100,00
7	Kit colete para treino esportivo, material dry-fit 100%, tamanhos únicos; com 12 unidades; diversos, cores a ser definida pelo órgão solicitante. Características. Adicionais: Face Dupla;	464823	Unidade	2	2	2	R$ 335,00	R$ 670,00
VALOR TOTAL								**R$ 2.820,00**

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3. *O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) a partir da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.*

1.4. O custo estimado total da contratação é de ***R$ 2.820,00 (Dois mil oitocentos e vinte reais),*** conforme custos unitários apostos *na tabela acima.*

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. *A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:
4.1.1. *Sustentabilidade:*

21ª Cia E CNST
FL Nº 57
Rubrica

4.1.1.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.1.1.1.1. *[...]*

4.1.2. *Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):*

4.1.2.1. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

4.1.3. *Da exigência de amostra:*

4.1.3.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.1.3.2. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

a) ...
b) ...
c) ...

4.1.3.3. As amostras poderão ser entregues no endereço ____ , no prazo limite de _____, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

***4.1.3.4.** É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.*

4.1.3.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.1.3.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

a) Itens (....): .....;
b) Itens (....): .....; .

4.1.3.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.1.3.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.1.3.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.1.3.10. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de ..... (.....) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.1.3.11. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.1.4. *Da vedação de contratação de marca/produto: Não se aplica*

4.1.5. *Da exigência de carta de solidariedade: não se aplica*

4.2. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

21ª Cia E CNST
FL Nº 58
Rubrica

4.3. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões do baixo custo da contratação.*

4.1. *O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) emissão da nota de empenho, em remessa única.*

4.1. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*
4.2. *Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço na 21ª Companhia de Engenharia de Construção – Área Militar Capitão Noboa Oba, s/n, São Gabriel da Cachoeira – AM, CEP 69750-000.*

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

5.1. *O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 6 (seis) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

21ª Cia E Cnst
Fl Nº 59
Rubrica

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 3º).

6.9. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 3º).*

6.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

7.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 (indicar um dos incisos do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso concreto).*

21ª Cia E Cnst
Fl Nº 60
Rubrica

7.2. *Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:*

a) SICAF;
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

7.3. *A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.*
7.4. *Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.*
7.5. *A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.*
7.6. *O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.*
7.7. *Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.*
7.8. *É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.*
7.9. *Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.*
7.10. *Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.*
7.11. *Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.*
7.12. *Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:*

7.13. ***Habilitação Jurídica**:*

7.13.1. ***Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;*

OU

7.13.1. ***Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;*

OU

7.13.1. ***Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;*

21ª Cia E CNST
FL Nº 61
Rubrica

OU

7.13.1. ***Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI****: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;*

OU

7.13.1. ***Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País****: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;*

OU

7.13.1. ***Sociedade simples****: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;*

OU

7.13.1. ***Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária*** *- inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;*

OU

7.13.1. ***Sociedade cooperativa****: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.*

7.13.2. *Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.*

7.14. ***Habilitações fiscal, social e trabalhista:***

7.14.1. *prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);*

OU

7.14.1. *prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);*

7.14.2. *prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.*

7.14.3. *prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);*

7.14.4. *declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;*

7.14.5. *prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.*

21ª Cia E CNST
FL Nº 62
Rubrica

7.14.6. *prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;*

7.14.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.14.7. *prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;*

7.14.7.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

7.15. *Será exigida do fornecedor, ainda, a seguinte documentação complementar:*

7.15.1. *A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;*

7.15.2. *A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;*

7.15.3. *A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;*

7.15.4. *O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;*

7.15.5. *A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;*

7.15.6. *Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação;*

7.15.7. *A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.*

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

8.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: [...];
Fonte de Recursos: [...];

21ª Cia E CNST
FL Nº 63
Rubrica

Programa de Trabalho: [...];
Elemento de Despesa: [...];
Plano Interno: [...];

8.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

São Gabriel da Cachoeira, AM, 02 de outubro de 2024

[redacted]

DANIELSON CAMPOS DOS SANTOS FILHO – 2° Tenente
Chefe da Equipe de planejamento

[redacted]

LEANDRO MOURA REIS – 1º Sargento
Membro da Equipe

21ª Cia E CNST
FL Nº 64
Rubrica

Termo de Referência 9/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2024	160022-21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	RAILANE NERY MAGALHAES	03/10/2024 10:32 (v 1.0)

Status
CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64411.000880/2024-41

1. Condições gerais da contratação

1. **DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133 /2021).**

1.

1.1. Aquisição de material de instrução e desportos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO /ESPECIFICAÇÃO *(DETALHADA)*	CATMAT/ CATSER *(VÁLIDO)*	UNIDADE DE MEDIDA	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Qtd Total	VALOR UNITÁRIO	V/ T
1	Bola de Vôlei de Areia, com 65 cm a 67 cm de circunferência, pesando entre 260 e 280 gramas, contendo em seu interior câmara em butil, costurada, confeccionada em PU e microfibra, dupla laminação, com miolo de silicone removível e	450273	Unidade	2	2	2	R$ 200,00	R$

Cia E CNST
FL Nº 65
Rubrica

	lubrificado, aferida, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição;							
2	Rede para Voleibol, confeccionada em polietileno (nylon), de filamento contínuo de 2,0 mm, medida oficial, com 02 faixas em lona de algodão nº 800 (superior e inferior), com malha de 10 X 10 cm, comprimento mínimo de 9,50 m, com largura/altura de 1,0 m, acompanhada por corda de nylon ou seda branca, medindo 12 m;	451545	Unidade	1	1	1	R$ 200,00	R$
3	Fita marcação quadra, material náilon, comprimento 16 m, largura 8 cm, aplicação vôlei de praia;	350632	Unidade	1	1	1	R$ 270,00	R$
4	Bola de Futebol de Campo Oficial, com 68 cm a 70 cm de circunferência, pesando entre 410 e 450 gramas, contendo em seu interior câmara em butil, costurada, confeccionada em PVC, miolo removível e lubrificado, aferida, com 02 (duas) válvulas de silicone para substituição;	451678	Unidade	2	2	2	R$ 200,00	R$
5	Rede oficial de futebol de campo oficial modelo europeu confeccionada no fio 4 mm em polipropileno (seda) e na malha 14x14 em cordas trançadas entre nós, medidas de 7,50 de largura por 2 50 de Altura, lateral superior e inferior de 2,00 metros, com tratamento ultra violeta (uv).	410869	Unidade	2	2	2	R$ 390,00	R$

Cia E CNS
FL Nº 66
Rubrica

6	Apito para uso de árbitro, confeccionado em metal, tamanho oficial, com esfera de plástico impermeável em sua parte interior, contendo em sua parte anterior um orifício onde será inserida uma argola de metal para fixação do cordão;	224659	Unidade	5	5	5	R$ 20,00	R$
7	Kit colete para treino esportivo, material dry-fit 100%, tamanhos únicos; com 12 unidades; diversos, cores a ser definida pelo órgão solicitante. Características. Adicionais: Face Dupla;	464823	Unidade	2	2	2	R$ 335,00	R$
VALOR TOTAL								R$ 2

1.

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.

1.1. *O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) a partir da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.*

1.

1.1. O custo estimado total da contratação é de ***R$ 2.820,00 (Dois mil oitocentos e vinte reais),*** conforme custos unitários apostos *na tabela acima.*

2. Fundamentação e descrição da necessidade

1. **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

1.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2ª Cia E CINST
FL Nº 67
Rubrica

3. Descrição da solução como um todo

1. **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

1.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

1. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21**

1.

1.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

1.1.1. *Sustentabilidade:*

1.1.1.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

1.1.1.1.1. *[...]*

1.

1.1.

1.1.1. *Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):*

1.1.1.1. *Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:*

1.

1.1.

1.1.1. *Da exigência de amostra:*

1.1.1.1. *Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.*

1.1.1.2. *Serão exigidas amostras dos seguintes itens:*

a. 1.1.1.2.1. ...

b. 1.1.1.2.2. ...

c. 1.1.1.2.3. ...

1.1.1.3. *As amostras poderão ser entregues no endereço _____ , no prazo limite de _____, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.*

1.1.1.4. *É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.*

Ciia E CNST
FL Nº 68
Rubrica

1.1.1.5. *No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.*

1.1.1.6. *Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:*

a. 1.1.1.6.1. *Itens (....): .....;*

b. 1.1.1.6.2. *Itens (....): .....; .*

1.1.1.7. *Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*

1.1.1.8. *Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.*

1.1.1.9. *Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.*

1.1.1.10. *Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de ..... (.....) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.*

1.1.1.11. *Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.*

1.1.2. *Da vedação de contratação de marca/produto: Não se aplica*

1.

1.1.

1.1.1. *Da exigência de carta de solidariedade: não se aplica*

1.

1.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

1.

1.1. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões do baixo custo da contratação.*

1.

1.1. *O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) emissão da nota de empenho, em remessa única.*

1.

21ª Cia E CNST
FL Nº 69
Rubrica

1.1. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

1.2. *Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço na 21ª Companhia de Engenharia de Construção – Área Militar Capitão Noboa Oba, s/n, São Gabriel da Cachoeira – AM, CEP 69750-000.*

1.

1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

1.

1.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

1.

1.1. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

1.

1.1.

1.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

1.

1.1. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5. Modelo de execução do objeto

1. **ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)**

27 Cia E Cmdo
FL Nº 70
Rubrica

1.

1.1. *O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 6 (seis) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*

6. Modelo de gestão do contrato

1. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21)**

1.

1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

1.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

1.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133 /2021, art. 120).

1.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

1.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

1.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

2ª Cia E CNST
FL Nº 71
Rubrica

1.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

1.9. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).*

1.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

1.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. Critérios de medição e pagamento

1. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)**

1.

1.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 (indicar um dos incisos do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso concreto).*

1.

1.1. *Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:*

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

1.

1.1. *A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.*

2ª Cia E Cmdo
FL Nº 32
Rubrica

1.2. *Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.*

1.3. *A tentativa de burla será verificada por meic dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.*

1.4. *O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.*

1.5. *Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.*

1.6. *É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.*

1.7. *Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.*

1.8. *Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.*

1.9. *Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.*

1.10. *Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:*

1.11. ***Habilitação Jurídica:***

1.11.1. ***Pessoa física:*** *cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;*

OU

1.

1.1.

1.1.1. ***Empresário individual****: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;*

OU

1.

1.1.

1.1.1. ***Microempreendedor Individual - MEI****: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;*

OU

1.

1.1.

1.1.1. ***Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI****: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;*

21ª CJE CINST FL Nº 73 Rubrica

OU

1.

1.1.

1.1.1. ***Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País****: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;*

OU

1.

1.1.

1.1.1. ***Sociedade simples****: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;*

OU

1.

1.1.

1.1.1. ***Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária*** *- inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;*

OU

1.

1.1.

1.1.1. ***Sociedade cooperativa****: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.*

1.1.2. *Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.*

1.2. ***Habilitações fiscal, social e trabalhista:***

1.2.1. *prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);*

OU

1.

1.1.

1.1.1. *prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);*

1.1.2. *prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.*

1.1.3. *prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);*

1.1.4. *declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;*

1.1.5. *prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa,*

21ª Cia E CNST
FL Nº 74
Rubrica

nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

1.1.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.1.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

1.1.7. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.1.7.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

1.2. Será exigida do fornecedor, ainda, a seguinte documentação complementar:

1.2.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

1.2.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

1.2.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

1.2.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

1.2.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

1.2.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação;

1.2.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 (indicar um dos incisos do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso concreto).

Forma de fornecimento

1.

21ª Cia E CNST
FL Nº 75
Rubrica

8.4. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

1.

8.5. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

1.

8.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.7. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.9. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.10. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.11. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.13. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.14. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.15. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

21ª Cia E CNST
FL Nº 96
Rubrica

Habilitação jurídica

1.

8.16. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.17. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.18. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.19. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.21. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.22. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.23. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.24. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.25. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

***8.26. Ato de autorização** para o exercício da atividade de ..... (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por ..... (especificar o órgão competente) nos termos do art. ..... da (Lei/Decreto) n° .....*

8.27. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

1.

21ª Cia E CNST
FL Nº 27
Rubrica

8.28. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.29. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.30. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.31. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

8.32. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.33. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.34. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.35. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital] ou [Municipal /Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.36. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

1.

8.37. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.38. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.39. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.39.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

21ª C a E CNST
FL Nº 78
Rubrica

8.39.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.39.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.39.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.40. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de .....% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

8.41. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.42. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

1.

8.43. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.44. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.45. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional .....(escrever por extenso, se o caso), em plena validade;

8.46. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.47. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.47.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.47.1.1.....

8.47.1.2....

8.47.1.3.....

8.47.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

21º C E CNST
Fl. Nº 79
Rubrica

8.47.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.47.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.47.5. Prova de atendimento aos requisitos ....., previstos na lei .....:

8.48. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.48.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.48.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.48.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.48.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.48.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.48.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta;

8.48.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R$): 2.820,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R$2.820,00 (Dois mil oitocentos e vinte reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

21ª Cia E CNST
FL Nº 80
Rubrica

10. Adequação orçamentária

1. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

1.

1.1.

1.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: [...];

Fonte de Recursos: [...];

Programa de Trabalho: [...];

Elemento de Despesa: [...];

Plano Interno: [...];

1.

1.1. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

São Gabriel da Cachoeira, AM, 02 de outubro de 2024

[redacted]

DANIELSON CAMPOS DOS SANTOS FILHO – 2° Tenente

Chefe da Equipe de planejamento

[redacted]

LEANDRO MOURA REIS – 1º Sargento

Membro da Equipe

21º CSE CNST
FL Nº 81
Rubrica

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

JOSINALDO LOPES DE MENESES

Autoridade competente

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
160022	21 COMPANHIA DE ENGENHARIA CONSTRUCAO	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
07.546.219/0001-30	AREA CAP.NOBUO OBA - CACHOEIRINHASAO GABRIEL DA	69750-000

Município	UF	Telefone
SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	(97) 3471-1366/3471-1188

Ano	Tipo	Número
2024	NE	179

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	232021	1000000000	339030	160539	FAOPPREININ

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
03/10/2024	Global	64411.004050/2024-92	0,0000	2.820,00

Favorecido

Código	Nome
43.380.465/0001-28	43.380.465 SHEYLA ALVES MOREIRA

Endereço	CEP
[redacted]	69750-000

Município	UF	Telefone
SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM	000

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
139	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 14.133 / 2021	75	-	II	-

Descrição

AQS DE MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO PARA A 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, INSCRITA NO CNPJ: 07.546.219/0001-30. PROCESSO: 64411.004050/2024-92, CONFORME DIEX REQUISITÓRIO Nº 209-S3/21ªCIA E CNST. NOTA DE CRÉDITO: 2024NC015253 DE 20OUT24 NA 160022, DISPENSA: 05/2024 DA UASG: 160022 DA 21ª CIA E CNST.

Local da Entrega

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM

Informação Complementar

16002206000052024 - UASG Minuta: 160022

Sistema de Origem

COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	03/10/2024 17:45:59	Alteração

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	2.820,00

Subelemento 14 - MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00007 - material: poliéster, modelo: dupla face, tamanho: g, uso: esportivo	670,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
03/10/2024	Inclusão	2,00000	335,0000	670,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	Item compra: 00005 - material: polietileno, aplicação: futebol de campo, características adicionais: dimensões:7,50x2,50x1,50 m, malha 16, fio 2,50 mm	780,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
03/10/2024	Inclusão	2,00000	390,0000	780,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
003	Item compra: 00006 - material: metal cromado, aplicação: esporte, tipo: profissional, tamanho: médio	100,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
03/10/2024	Inclusão	5,00000	20,0000	100,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
004	Item compra: 00003 - material: náilon, comprimento: 16, largura: 8, aplicação: vôlei de praia	270,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
03/10/2024	Inclusão	1,00000	270,0000	270,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
005	Item compra: 00004 - material: pvc, peso cheia: 406, circunferência: 68, modelo: futebol society	400,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
03/10/2024	Inclusão	2,00000	200,0000	400,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
006	Item compra: 00001 - material: poliuretano, peso cheia: 260 a 280, circunferência: 66 a 68, características adicionais: matrizada, com miolo substituível, aplicação: volei de praia	400,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
03/10/2024	Inclusão	2,00000	200,0000	400,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
007	Item compra: 00002 - material: polietileno, aplicação: volei de praia, características adicionais: malha 10cm x 10cm, fio 2,5 mm, med. 8,50m x 1m	200,00

Versão	Data/Hora	Operação
002	03/10/2024 17:45:59	Alteração

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	2.820,00

Subelemento 14 - MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO

Seq.	Descrição	Valor do Item
007	Item compra: 00002 - material: polietileno, aplicação: volei de praia, características adicionais: malha 10cm x 10cm, fio 2,5 mm, med. 8,50m x 1m	200,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
03/10/2024	Inclusão	1,00000	200,0000	200,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
JOSINALDO LOPES DE MENESES
[redacted]
03/10/2024 17:45:59

Responsável pela Nota de Empenho
CAIO FELIPE MOREIRA
[redacted]
03/10/2024 17:16:39

Versão	Data/Hora	Operação
002	03/10/2024 17:45:59	Alteração

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro
Fl nº 85
RUBRICA
21ª Companhia de Engenharia de Construção

TERMO DE ENCERRAMENTO DO VOLUME I

Processo nº: 64411.000880/2024-41
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2024 - 21ª Cia E Cnst – UASG: 160022

Nesta data, encerro o 1º volume dos autos do Processo Administrativo NUP 64411.000880/2024-41, que tem como assunto a Dispensa de Licitação nº 05/2024, do tipo Menor Preço para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INSTRUÇÃO E DESPORTOS, visando atender o Plano de Anual de Aquisições/Contratação da 21ª CIA E CNST, iniciando na folha de número 01 e findando nesta de número 85, não podendo mais nada lhe ser acrescentado.

São Gabriel da Cachoeira, 03 de Outubro de 2024

[redacted]
RAILANE NERY MAGALHÃES – 3º SGT
Agente de contratação - SALC da 21ª Cia E Cnst